



A Educação Ambiental: Algumas Abordagens nas Disciplinas de História e Ensino Religioso

Environmental Education: Some Approaches in History and Religious Education

Milena Maria de Sousa Silva

Mestra em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Pará. Graduada em História (Bach./Licen.) pelo Universidade Federal do Pará. Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Pará.

Resumo: Diante dos crescentes desafios socioambientais enfrentados pela humanidade, intensificados nas últimas décadas por problemas como o desmatamento, as queimadas, a perda de biodiversidade e a poluição dos recursos hídricos, torna-se urgente fortalecer a educação ambiental na educação básica. Este estudo discute a relevância de integrar a temática ambiental ao currículo dos anos finais do Ensino Fundamental. Para isso, propõem-se metodologias e conteúdos voltados à construção da consciência ecológica dos estudantes, utilizando as disciplinas de História e Ensino Religioso como eixos centrais. A partir da análise histórica e das diferentes tradições religiosas, examinam-se as concepções da relação entre o ser humano e a natureza ao longo do tempo, buscando subsidiar a formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade.

Palavras-chave: educação ambiental; conscientização; história; ensino religioso.

Abstract: Given the growing socio-environmental challenges facing humanity, intensified in recent decades by problems such as deforestation, wildfires, biodiversity loss, and water pollution, strengthening environmental education in basic education has become urgent. This study discusses the importance of integrating environmental issues into the curriculum for the final years of elementary education. To this end, it proposes teaching methods and content aimed at developing students' ecological awareness, using History and Religious Education as central subjects. Through historical analysis and the examination of different religious traditions, it explores conceptions of the relationship between human beings and nature over time, seeking to support the development of citizens committed to sustainability.

Keywords: environmental education; awareness; history; religious education.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a pauta ambiental ganha crescente notoriedade em diferentes esferas, desde os meios de comunicação e redes sociais até os espaços escolares e universitários. Essa recorrência temática justifica-se pelo cenário crítico atual, marcado pela progressiva degradação da natureza e pelos impactos diretos dessas ações na sociedade. Diante das demandas do estilo de vida moderno, a busca por qualidade de vida tem colidido, de forma preocupante, com a sustentabilidade do planeta.

O cenário crítico decorrente da intervenção humana na natureza — manifestado em problemas como desmatamento, queimadas e poluição dos recursos hídricos — exige uma urgente reformulação da relação entre o ser humano e o meio ambiente.

Sob essa premissa, o presente estudo desenvolve sua discussão. Nas seções seguintes, serão abordados os desafios da atual geração na gestão ambiental e as estratégias para despertar a consciência ecológica no espaço da educação formal, direcionando o foco analítico para os anos finais do Ensino Fundamental.

Nesse contexto, discutir a educação ambiental torna-se fundamental para sensibilizar os estudantes e estimular novas formas de interação com a natureza, focadas na conservação e em intervenções de menor impacto ecológico. Fundamentado nas principais legislações e diretrizes educacionais nacionais (como a PNEA e a BNCC), este debate mostra-se altamente pertinente. A partir dessa base jurídica e pedagógica, o estudo apresenta propostas metodológicas eficazes para inserir a temática no cotidiano escolar, despertando o engajamento e a consciência crítica dos discentes.

Por fim, a terceira seção do estudo apresenta, de maneira didática, propostas metodológicas para integrar a educação ambiental à área de Ciências Humanas, com foco nas disciplinas de História e Ensino Religioso. A partir dos conteúdos programáticos de cada matéria, discutem-se as diferentes visões e interações humanas com a natureza ao longo do tempo. O objetivo é demonstrar que a análise crítica dessas cosmovisões pode suscitar reflexões profundas nos estudantes, incentivando a adoção de posturas mais conscientes e comprometidas com a preservação do meio ambiente.

Repensando a Relação Humana e o Meio Ambiente

O século XXI consolidou uma série de desafios globais, dentre os quais destacam-se as crises ambientais, objeto central deste estudo. Atualmente, a exploração dos recursos naturais atingiu patamares críticos. Embora a degradação ecológica não seja um fenômeno exclusivo da contemporaneidade, é no período presente que as suas consequências históricas se manifestam de forma mais severa. O aquecimento global, por exemplo, deixou de ser uma projeção teórica e tornou-se um impacto concreto, perceptível no cotidiano da sociedade.

O debate acerca do meio ambiente e de suas interações com a sociedade deve transcender os muros da academia e alcançar os mais diversos segmentos sociais. Nesse processo, torna-se indispensável adotar uma perspectiva humanista que supere a mera exposição de dados e jargões técnicos. Afinal, a relação entre o ser humano e a natureza exige uma reflexão profunda sobre ações práticas para reverter a degradação ecológica. Essa sensibilização, contudo, perpassa demandas específicas, conforme sublinha Sorrentino (2002, p. 19): “É preciso despertar em cada indivíduo o sentimento de ‘pertencimento’, participação e responsabilidade na busca de respostas locais e globais que a temática do desenvolvimento sustentável nos propõe”.

Despertar esse sentimento de pertencimento é imperativo, visto que tal sensibilidade constitui a base para estimular uma consciência coletiva voltada à preservação ambiental. Esse processo fundamenta-se no reconhecimento de que o ser humano depende da natureza, estando intrinsecamente imerso em uma dinâmica de trocas mútuas com o ecossistema.

Ampliar o debate sobre o meio ambiente e sua interconexão com a vida humana tornou-se uma necessidade imperativa em diferentes esferas sociais. Atualmente, a sociedade testemunha transformações cotidianas que afetam severamente o equilíbrio ecológico global. Eventos como os impactos visíveis do aquecimento global, a aceleração dos desmatamentos e das queimadas na região amazônica, a poluição crônica dos recursos hídricos e do solo pelo uso excessivo de agrotóxicos, além da progressiva extinção de espécies, deixaram de ser cenários distantes. Trata-se de fenômenos críticos que vêm se tornando experiências cada vez mais corriqueiras na realidade contemporânea.

Diante de cenários catastróficos cuja responsabilidade antrópica é inegável, torna-se imperativo questionar a persistência de práticas que colaboram para o desequilíbrio ecológico. Frente a essa realidade crítica, emergem em diferentes esferas movimentos que contestam o modelo de desenvolvimento predatório vigente. Consequentemente, articulam-se múltiplas abordagens filosóficas, pedagógicas, científicas e empíricas dedicadas a reformular a relação entre o ser humano e a natureza, propondo modelos de coexistência que mitiguem os impactos negativos sobre os ecossistemas.

Diversos conceitos e construções teóricas são elaborados com o objetivo de evidenciar os impactos da interação entre a sociedade e o meio ambiente, buscando ressignificar a percepção humana sobre o mundo natural. Nesse sentido, Leonardo Boff (2012) formula uma perspectiva que convida o ser humano a revisar sua postura, refletindo profundamente sobre a dimensão do pertencimento ecológico. O autor discorre sobre o tema nos seguintes termos: “Pelo fato de o ser humano ser portador de cuidado essencial, cria-se a condição para ele sentir-se conscientemente como um ser-no-mundo. O cuidado prefigura a existência, o estar voltado para fora e para o outro” (Boff, 2012, p. 26).

A ética do cuidado introduz uma vertente central nesta discussão: de que maneira o ser humano pode ressignificar sua relação com o meio natural de forma harmônica? Além disso, emerge o desafio de sensibilizar a coletividade em prol dessa mudança de paradigma. Quais espaços e estratégias pedagógicas seriam capazes de atingir o maior número possível de cidadãos? Diante de tais questionamentos, o presente estudo delimita seu escopo analítico. A vida em sociedade viabiliza trocas de saberes profundamente reveladoras. É por meio da interação social, seja em escala local, regional ou global, que se estabelecem as articulações necessárias para a construção de uma sólida teia de valores e ensinamentos. A partir dessa dinâmica relacional e das experiências coletivas, emergem demandas sociais complexas. Na contemporaneidade, uma das pautas mais urgentes decorre dos impactos negativos da ação humana sobre o meio ambiente, cujos desdobramentos colocam em risco a sustentabilidade e a própria viabilidade da vida no planeta.

No século XXI, diante de cenários alarmantes quanto ao futuro do planeta, reformular a relação humana com o meio ambiente tornou-se um debate imperativo. É fundamental estimular a conscientização sobre a gestão dos recursos naturais, articulando as ações individuais aos seus reflexos globais. Nesse sentido, contextualizar a crise ecológica a partir de impactos cotidianos aproxima o tema

do estudante, despertando a percepção de sua responsabilidade social. Como desdobramento prático, pode-se trazer à tona discussões sobre a gestão de resíduos sólidos, associando-as diretamente à relevância da reciclagem e à necessidade de redução do consumo.

Desse modo, a sensibilização ecológica pressupõe a valorização do diálogo, garantindo que as problemáticas discutidas possam reverberar nas dimensões ética e prática dos sujeitos. Esse processo exige transpor conceitos complexos para uma linguagem acessível e inteligível, estimulando a capacidade participativa dos estudantes no cuidado e na preservação do ambiente em que vivem. Como desdobramento, fomenta-se a compreensão sobre como o equilíbrio ecológico impacta diretamente a qualidade de vida coletiva. Portanto, por meio da sensibilização ambiental, torna-se possível:

Ajudar a desenvolver em cada um a percepção mais ativa, atenta, de comportamento consciente do que significa viver em comunhão com o mundo e conseguir formas de comunicação mais fortes, autênticas, expressivas, significativas, ricas que superem o reducionismo empobrecedor das formas convencionais de relacionamento (Costa, 1998, p. 218).

Desse modo, para discutir a problemática ecológica e promover o engajamento social, torna-se imprescindível articular essa preocupação ao conceito de educação. Embora os processos educativos ocorram nos mais diversos espaços sociais, este estudo delimita seu escopo ao processo de ensino-aprendizagem desenvolvido no âmbito da sala de aula do ensino regular.

Sob essa ótica, a consecução de uma abordagem ecológica abrangente encontra na educação ambiental seu principal alicerce. Conforme preconizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a temática ambiental não deve ser tratada como um componente curricular isolado, mas sim integrada de forma transversal e interdisciplinar em todas as áreas do conhecimento da educação básica.

A Importância da Educação Ambiental na Sala de Aula

No contexto escolar, a abordagem dessa temática em sala de aula torna-se imperativa, consistindo em analisar criticamente as interações entre o ser humano e o meio ambiente. O objetivo é sensibilizar os discentes e fomentar sua participação ativa, capacitando-os como agentes transformadores e multiplicadores da consciência ecológica construída no espaço pedagógico. Sob essa ótica, a finalidade da educação ambiental consolida-se como:

A educação ambiental deve estar fundamentada na ética ambiental. Entende-se por ética ambiental o estudo dos juízos de valor da conduta humana em relação ao meio ambiente. É, em outras palavras, a compreensão que o homem tem da necessidade de preservar ou conservar os recursos naturais essenciais à perpetuação de todas as espécies de vida existentes no planeta Terra. Essa compreensão está relacionada com a modificação das condições físicas, químicas e biológicas

do meio ambiente, ocasionada pela intervenção de atividades comunitárias e industriais, que pode colocar em risco todas as formas de vida do planeta. O risco de extinção de todas as formas de vida deve ser uma das preocupações do estudo da ética ambiental (Sirvinskas, 2003, p. 7-8).

Quando se discute a educação ambiental, torna-se imperativo explorar a pluralidade de suas dimensões. Afinal, trazer à luz o debate acerca das interações humanas com o meio natural pressupõe analisar seus desdobramentos, tanto os aspectos positivos quanto, principalmente, as severas consequências negativas decorrentes da exploração predatória dos recursos. Essa abordagem é fundamental para demonstrar como tais práticas impactam diretamente o cotidiano e a qualidade de vida das populações.

No tratamento da temática ambiental em âmbito escolar, torna-se imprescindível articular o assunto aos objetivos intrínsecos do processo educativo. Feitosa *et al.* (2016, p. 2) corroboram essa perspectiva ao evidenciar a estreita correlação entre as duas dimensões:

[...] percebe-se uma forte relação entre o meio ambiente e a educação, que desempenham uma ação mútua, exigindo novos conhecimentos e práticas de relações sociais que ultrapassem as questões de empoderamento ambiental.

Articular as perspectivas dos principais conceitos ecológicos e estimular o “empoderamento ambiental” constituem, sem dúvida, mecanismos pertinentes no processo de ensino-aprendizagem. Nesse cenário, a criatividade atua como um elemento-chave que permite diversificar as abordagens metodológicas. Assim, promover o empoderamento discente refere-se às práticas de discussão, reflexão e proposição de alternativas viáveis para o manejo sustentável e a coexistência harmônica com a natureza. Trata-se de trazer à luz propostas e ordenamentos práticos pautados na valorização ecológica, na sustentabilidade e na reformulação dos padrões de consumo.

A Política Nacional de Educação Ambiental, estabelecida pela Lei nº 9.795/1999, traz em seu art. 2º uma diretriz fundamental sobre o papel da educação, conforme exposto a seguir:

A educação ambiental é um componente essencial da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (Brasil, 1999, p. 1).

O respaldo de uma legislação específica consolida as diferentes modalidades de abordagem e os espaços de aplicação da educação ambiental. Nesse sentido, sua integração como componente transversal na educação formal adquire relevância estratégica. A escola constitui o espaço propício para a construção de saberes complexos, tornando a inserção do debate ecológico em sala de aula uma prática indispensável para a formação cidadã dos discentes.

A inclusão de atividades voltadas à temática ecológica apresenta desafios complexos, exigindo que o docente esteja atualizado e apto a mediar debates fundamentados na ética ambiental. Para alcançar resultados satisfatórios em sala de aula, torna-se essencial pautar o cuidado com a natureza e a revisão dos padrões de consumo, evidenciando como essas ações impactam a sustentabilidade e o cotidiano. Essa perspectiva converge com o pensamento de Meirelles e Santos (2005, p. 35), ao sublinharem que “o desafio de um projeto de educação ambiental é incentivar as pessoas a se reconhecerem capazes de tomar atitudes”

Sob a ótica das finalidades da educação ambiental, cumpre destacar o potencial transformador e emancipatório intrínseco a essa temática. Trata-se de uma práxis pedagógica intencional que, embora desenvolvida no âmbito da sala de aula, visa transcender os muros da escola para impactar as vivências cotidianas dos estudantes. Essa abordagem busca reconfigurar substancialmente a relação entre a humanidade e a natureza, fomentando a preservação ecológica por meio de uma compreensão holística acerca das ações humanas e de seus desdobramentos no planeta.

Nesse aspecto, podemos falar em educação ambiental e suas especificidades dentro de uma intencionalidade, como já mencionaram Santos *et al.* (2010), em que:

[...] a Educação Ambiental tem como um dos principais objetivos buscar uma metodologia de ensino que leve à reflexão sobre a postura do ser humano em relação aos mecanismos responsáveis pela degradação do meio ambiente e pela formação da consciência ecológica de cada cidadão sem deixar de incluir nesta discussão a construção do conhecimento considerando a transversalidade deste tema. (Santos *et al.*, 2010, p.3).

Assim, torna-se perfeitamente viável integrar temáticas ligadas à educação ambiental nos diferentes componentes curriculares, sem que isso distancie os discentes de suas realidades ou desvie o foco dos conteúdos programáticos. Afinal, a discussão sobre a natureza e o meio ambiente é transversal e pertinente a qualquer área do saber. Desse modo, as seções subsequentes abordam as diretrizes para o tratamento dessa temática em disciplinas específicas da área de Ciências Humanas.

Abordagens de Educação Ambiental nas Ciências Humanas

Como sublinhado anteriormente, a educação ambiental constitui um tema transversal que deve integrar todos os componentes da educação básica. Todavia, a transposição didática dessa pauta ainda gera questionamentos entre os docentes, que frequentemente enfrentam incertezas sobre quais metodologias adotar, quais recursos didáticos mobilizar e como articular organicamente a questão ecológica aos conteúdos programáticos de suas respectivas matérias. Com o intuito de subsidiar essa discussão e propor caminhos metodológicos, recorre-se ao pensamento de Segura (2001), que esclarece:

Quando a gente fala em educação ambiental, pode viajar para muitas coisas, mas a primeira coisa que passa na cabeça do ser humano é o meio ambiente. Ele não é só o meio ambiente físico, quer dizer, o ar, a terra, a água, o solo. É também o ambiente em que a gente vive – a escola, a casa, o bairro, a cidade. É o planeta de modo geral. [...] não adianta nada a gente explicar o que é o efeito estufa; problemas no buraco da camada de ozônio sem antes os alunos, as pessoas perceberem a importância e a ligação que se tem com o meio ambiente, no geral, no todo e que faz parte deles. A conscientização é muito importante e isso tem a ver com a educação no sentido mais amplo da palavra. [...] conhecimento em termos de consciência [...] A gente só pode primeiro conhecer para depois aprender a amar, principalmente, a respeitar o ambiente. (Segura, 2001, p.165).

Em relação aos componentes curriculares de História e Ensino Religioso, a inserção da temática ambiental pode parecer, à primeira vista, um desafio complexo. Existe o senso comum de que essa abordagem encontra maior organicidade em disciplinas como Ciências da Natureza e Geografia. Contudo, no que tange à área de Ciências Humanas e ao Ensino Religioso, o trabalho com a dimensão ecológica é indispensável, dada a riqueza de perspectivas históricas, culturais e transcendentais que essas disciplinas mobilizam na educação básica.

Desse modo, é importante ressaltar o que afirmaram Floriani e Knechtel (2003) acerca das considerações que integram o campo de análise e a própria abordagem em sala de aula, as devidas considerações sobre:

A Educação Ambiental não pode estar limitada a um enfoque naturalista do ambiente ou a um processo que enfoca somente a solução de problemas biofísicos, considerada, então, como estratégia para o desenvolvimento sustentável. Sem dúvida, a 'Educação Ambiental' é um componente nodal e não um simples acessório da educação, já que envolve a reconstrução do sistema de relações entre pessoas, sociedade e ambiente. (Floriani; Knechtel, 2003, p. 51).

A transposição didática da temática ecológica em História e Ensino Religioso exige abordagens integradas, capazes de inserir a dimensão ambiental sem descaracterizar os conteúdos programáticos previstos para cada ano escolar. A partir dos eixos temáticos dessas disciplinas, torna-se perfeitamente viável evidenciar as interconexões entre os períodos históricos ou as tradições religiosas estudadas e a maneira como as diferentes culturas se relacionavam com o meio natural. Com base nessa premissa, seguem algumas propostas metodológicas:

No componente curricular de História, a abordagem de temáticas referentes à Pré-História permite analisar a estreita relação de interdependência entre as primeiras comunidades humanas e o meio natural, fator que exercia influência direta na organização social desses grupos. Semelhantemente, no estudo da História Antiga, a dependência em relação aos recursos hídricos e climáticos mostra-se

fulcral para compreender a fundação das primeiras cidades e o desenvolvimento das estruturas econômicas. A partir do estabelecimento desses paralelos históricos, o docente ganha subsídios para discutir a centralidade da preservação ecológica, conectando o passado às problemáticas socioambientais da atualidade.

No que concerne ao estudo da Idade Média, a abordagem didática pode enfatizar a organização social profundamente vinculada à produção agrária, demonstrando como os ciclos naturais determinavam as dinâmicas cotidianas. Paralelamente, cabe discutir as inovações técnicas feudais (como a rotação de culturas e o uso de moinhos) e seus impactos imediatos na paisagem e na subsistência das populações. Avançando para a Idade Moderna, o foco desloca-se para a transição cosmológica, ressaltando as novas perspectivas que emergiram com a Revolução Científica. Esse momento histórico reconfigurou a percepção da natureza, que passou a ser vista como um objeto a ser decifrado, dominado e explorado pelo conhecimento humano.

A análise voltada à Idade Moderna adota essa mesma perspectiva cronológica, buscando evidenciar as transições filosóficas e as novas experiências socioculturais que se refletiram na relação com o mundo natural. Torna-se pertinente sublinhar a consolidação do ideal antropocêntrico de dominação e sobreposição do ser humano perante a natureza. Essa postura manifesta-se tanto no plano cultural, por meio das representações artísticas e literárias da época, quanto nas práticas efetivas de exploração e intervenção ambiental.

No que tange à Idade Contemporânea, a abordagem didática deve evidenciar os impactos ambientais decorrentes dos novos processos produtivos e das revoluções industriais, intimamente associados à expansão econômica e à exploração predatória de recursos pelas nações europeias. A partir disso, cabe estabelecer conexões diretas entre esses antecedentes históricos e os desafios contemporâneos, discutindo a emergência de políticas ligadas à preservação, à restauração florestal e à mitigação da extinção de espécies da fauna e da flora. Nesse cenário, torna-se fundamental traçar um paralelo com a atuação das ONGs (Organizações Não Governamentais), destacando seu papel na difusão da pauta ecológica e na mobilização da sociedade civil para pressionar governos na formulação de acordos internacionais e políticas públicas de conservação ambiental.

No âmbito da História Nacional e Latino-Americana, o estudo da História do Brasil dedica um espaço central aos povos tradicionais. Ao trabalhar essa temática, torna-se imperativo evidenciar a profunda conexão dessas comunidades com os ecossistemas locais, a qual fundamentava suas estruturas sociais e cosmovisões. A organização comunitária e cultural desses grupos era diretamente influenciada pelas formas de uso e manejo dos recursos naturais. Discutir como as sociedades originárias concebiam a natureza, contrastando sua lógica de preservação com os padrões de consumo da sociedade atual, constitui uma estratégia pedagógica altamente pertinente para o desenvolvimento da consciência ecológica.

Nesse sentido, o planejamento didático deve incluir reflexões críticas acerca do manejo da biodiversidade a partir do início da colonização no território brasileiro. Torna-se essencial analisar as primeiras intervenções antrópicas predatórias,

caracterizadas pela extração em larga escala do pau-brasil e pela ocupação territorial da zona costeira, processos que resultaram na devastação sistemática da Mata Atlântica. Estabelecer conexões entre esse modelo exploratório e os passivos ambientais contemporâneos ajuda a compreender as raízes históricas da degradação. Sob essa mesma ótica, o professor pode abordar o ciclo da mineração na região de Minas Gerais, demonstrando como a busca pelo ouro reconfigurou as dinâmicas demográficas, os modos de vivência e gerou profundos impactos nos ecossistemas locais.

A análise dos períodos mais recentes da história brasileira permite compreender como a consolidação do modelo político-econômico contemporâneo impactou os modos de habitação urbana, a poluição dos corpos hídricos e a supressão vegetal dos biomas nacionais. Discutir esses processos em sala de aula ajuda os discentes a mapear as raízes históricas dos desafios socioambientais que precisam ser enfrentados. A partir dessa compreensão, torna-se possível pautar a recuperação ecológica e a transição para modelos sustentáveis de manejo dos recursos naturais, estimulando um repensar ético de atitudes que priorizem a conservação do bem-estar humano e a coexistência harmônica entre todas as formas de vida.

No âmbito do Ensino Religioso, a integração da temática ambiental alinha-se organicamente aos objetivos da disciplina. Sendo o fenômeno religioso uma das matrizes fundamentais das manifestações socioculturais, suas doutrinas exercem profunda influência sobre o comportamento cotidiano dos fiéis. Consequentemente, as diretrizes éticas sobre o meio ambiente encontram-se codificadas em dogmas, teologias e ritos de diferentes comunidades de fé. Os sistemas éticos religiosos estabelecem visões de mundo que funcionam como lentes interpretativas para seus membros, tornando a relação entre a humanidade e a natureza um objeto de reflexão central e legítimo nas mais diversas tradições sagradas.

Sob essa ótica, far-se-ão algumas proposições metodológicas para o Ensino Religioso, evidenciando como esse componente curricular pode atuar como vetor para introduzir e aprofundar a educação ambiental. A abordagem considera a dimensão sagrada como uma forma singular de conceber e vivenciar a relação com o mundo natural — uma perspectiva altamente eficaz para promover a sensibilização e o engajamento dos discentes. Esse processo transcende a esfera puramente teológica, dado que os valores éticos cultivados no âmbito religioso se traduzem em ações práticas de responsabilidade socioambiental na esfera pública.

Compreender as diferentes concepções de natureza salvaguardadas pelas religiões é fundamental para a transposição didática desse tema. Cada matriz religiosa possui traços singulares na mediação dessa relação. No estudo das tradições orientais, como o Budismo, o Xintoísmo, o Taoísmo e o Hinduísmo, cabe destacar a cosmovisão horizontal que orienta a relação entre a humanidade e o ecossistema. Nessas filosofias espirituais, a natureza é concebida de forma intrinsecamente imanente e igualitária, possuindo o mesmo valor ontológico e sagrado que os seres humanos. Desse modo, embora cada tradição guarde suas especificidades teológicas, em termos gerais é viável estabelecer paralelos que fundamentem a ética do cuidado ambiental em sala de aula.

A dimensão sagrada do mundo natural é um elemento transversal nas doutrinas de diferentes religiões. Entre elas, destacam-se as tradições de matriz animista, segundo as quais todos os elementos cosmológicos possuem uma essência espiritual. Nesses sistemas de crença, a preservação ecológica é intrínseca aos ensinamentos sagrados, o que viabiliza, de forma orgânica, a sensibilização dos discentes ao articular esses preceitos a uma abordagem de responsabilidade social. Manifestações espirituais da Terra (como o Druidismo e a Wicca) e as religiões indígenas e aborígenes têm na harmonia com o ecossistema o seu pilar fundamental. Assim, a transposição didática dessas cosmovisões oferece um cenário altamente favorável para consolidar os objetivos da educação ambiental em sala de aula.

De maneira análoga, as religiões monoteístas abraâmicas — o Cristianismo, o Judaísmo e o Islamismo — estruturam suas doutrinas a partir de uma cosmovisão em que a dimensão ecológica adquire relevância ética. Sob essa ótica teológica, Deus (ou Alá) é o arquiteto do universo e criador do mundo natural; conseqüentemente, confere-se à humanidade a responsabilidade de zelar pela criação. Esse princípio de corresponsabilidade é ilustrado, por exemplo, na narrativa bíblica de Gênesis 2:15, ao afirmar que “o Senhor Deus tomou o homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e guardar” (Bíblia, 2005, p. 5).

As religiões de matriz africana oferecem um rico arcabouço conceitual sobre a natureza e suas interações sagradas. Nessas tradições, as divindades (como os Orixás, Voduns e Inkices) imanentizam-se e são representadas pelas próprias forças e elementos do meio ambiente. Sob essa ótica, a preservação ecológica e a reverência à sacralidade da terra, das águas e da flora fazem parte dos ensinamentos e da conduta cotidiana de seus povos e comunidades de terreiro. Desse modo, o Ensino Religioso encontra uma base sólida para articular a educação ambiental como complemento pedagógico, estimulando o engajamento ecológico por meio do respeito à diversidade das cosmovisões. Essa abordagem fomenta uma prática educativa conectada aos desafios contemporâneos, estimulando os discentes a repensarem suas ações em prol do bem-estar coletivo e da sustentabilidade planetária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da educação ambiental transcende interesses individuais e convoca a participação de todos os segmentos sociais, uma vez que seus desdobramentos impactam diretamente o cotidiano coletivo. A forma predatória como a humanidade tem se relacionado com o meio natural desperta crescente preocupação em diferentes setores globais. Sob essa ótica, os reflexos desse modelo negligente de exploração ecológica materializam-se de forma nítida nas catástrofes ambientais cada vez mais frequentes e recorrentes nos cenários contemporâneos.

Em suma, a proposta de uma educação ambiental voltada à reconfiguração de perspectivas e à sensibilização crítica urge por uma revisão de valores no trato

com o meio ambiente. Práticas integradas ao cotidiano, como o estímulo ao reuso e a redução do consumo, configuram-se como ações necessárias a serem pautadas no espaço escolar, mobilizando os componentes curriculares para consolidar o engajamento social dos estudantes. Nesse cenário, as disciplinas de História e Ensino Religioso, nos anos finais do Ensino Fundamental, atuam como eixos fundamentais para mediar essa discussão. A partir das propostas metodológicas sugeridas ao longo deste estudo, evidencia-se que a abordagem transversal desses temas potencializa a construção da consciência ecológica discente, subsidiando a edificação de uma sociedade mais justa, sustentável e com dignidade para todos.

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. **Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo**. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica. Edição Ecumênica 1980.
- BOFF, L. **O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ética e na espiritualidade**. Petrópolis: Vozes; 2012.
- BRASIL. Lei 9795/99. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 18 de agosto. de 2022.
- CERQUEIRA, Wagner de; FRANCISCO. **Degelo**. Uol, 2022. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/degelo.htm>>. Acesso em 09 de agosto. de 2022.
- COSTA, José M. Morán. **Educar pela comunicação: A análise dos meios na escola e na comunidade**. In: MARQUES DE MELO, José; BRANCO, Samantha Castelo (org.). Pensamento Comunicacional Brasileiro: O Grupo de São Bernardo. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 1998. pp. 207-224.
- FEITOSA, Anny Kariny; SILVA, Claudia Maria da; SILVA, Jorge Luis da. Educação Ambiental na percepção de professores em uma escola de ensino fundamental no município de Iguatu, CE. 2010. **Revista Educação Ambiental em Ação, n.56, ano XV, jun./ago., 2016**. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/pf.php?idartigo=2373>>. Acesso em: 18 de agosto. de 2022.
- FLORIANI, Dimas; KNECHTEL, Maria do Rosário. **Educação Ambiental, epistemologias e metodologias**. Curitiba: UFPR, 2003.
- MEIRELLES, Maria de Sousa; SANTOS, Marly Terezinha. **Educação Ambiental: uma Construção Participativa**. 2ª ed. São Paulo, 2005.
- SANTOS, Vivian Ribeiro; SANTANA, André Ribeiro de; NAKAYAMA, Luiza. Percepção ambiental: avaliação do perfil de cidadania ambiental dos estudantes dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

do Pará (IFPA). **Revista Educação Ambiental em ação**. n.31, anno VIII, mar./mai. 2010.

SEGURA, Denise de S. Baena. **Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 2. ed. rev. atual. Ed. ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

SORRENTINO, M. **Desenvolvimento Sustentável e Participação: algumas reflexões em voz alta**. In: CASTRO, R. S. de *et al.* (orgs.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.